

## Declaração de Retificação n.º 181/2025/2, de 18 de fevereiro

**Publicação:** Diário da República n.º 34/2025, Série II de 2025-02-18

**Emissor:** União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho

**Parte:** H - Autarquias locais

**Data de Publicação:** 2025-02-18

### SUMÁRIO

Retifica o [Aviso n.º 16941/2024/2](#), publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 154, de 9 de agosto de 2024.

### TEXTO

#### Declaração de Retificação n.º 181/2025/2

Na sequência do [Aviso n.º 16941/2024/2](#), publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 154, de 9 de agosto de 2024, e por ter sido detetado que não foi incluída a informação referente à reserva de recrutamento, torna-se pública a seguinte retificação:

Onde se lê:

«1 - Nos termos do disposto nos artigos 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela [Lei n.º 35/2014](#), de 20 de junho, conjugados com o n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro e o artigo 9.º do [Decreto-Lei n.º 209/2009](#), de 3 de setembro, aprova a abertura do procedimento concursal comum, para a ocupação de 10 (dez) postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal de 2024, para a constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme deliberação tomada em **reunião** de executivo de 29 de janeiro de 2024, se encontram abertos pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no Diário da República os seguintes procedimentos Concursais Comuns, com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado:

a) Ref.<sup>a</sup> 1 - Assistente Operacional - 8 lugares;

b) Ref.<sup>a</sup> 2 - Assistente Operacional/Secretaria - 2 lugar.»

deve ler-se:

«1 - Nos termos do disposto nos artigos 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela [Lei n.º 35/2014](#), de 20 de junho, conjugados com o n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e o artigo 9.º do [Decreto-Lei n.º 209/2009](#), de 3 de setembro, aprova a abertura do procedimento concursal comum, para a ocupação de 10 (dez) postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal de 2024, para a constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme deliberação tomada em **reunião** de executivo de 29 de janeiro de 2024, se encontram abertos pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no Diário da República, os seguintes procedimentos concursais comuns, com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado:

a) Ref.<sup>a</sup> 1 - Assistente Operacional - 8 lugares;

b) Ref.<sup>a</sup> 2 - Assistente Operacional/Secretaria - 2 lugares.

Reserva de recrutamento para a Ref.<sup>a</sup> 2 - Assistente Operacional/Secretaria: caso se verifique a previsão dos n.ºs 5 e 6 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, é constituída reserva de recrutamento interno pelo prazo de 18 (dezoito) meses contados da data de homologação da lista de ordenação final, a ser utilizada quando, nesse período, haja necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho, a constituir por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.»

13 de janeiro de 2025. - O Presidente, Carlos Manuel Alves Gonçalves.

318670852

×